

PECEP

pré-vestibular social

História do Brasil

Aula 10

Período Regencial (1831-1840)

18/05/2026

Marianna & Rafael Gota

1) ENEM 2022

Apesar de derrotado na Batalha do Jenipapo, o exército de sertanejos libertou três províncias nordestinas. Esse confronto foi dos mais violentos, embora tenha ocorrido em um único dia — 13 de março de 1823. A batalha foi o resultado de embates entre o poder português e a população sertaneja piauiense, cearense e maranhense de todas as classes sociais, que formaram uma multidão de voluntários armados de instrumentos como facões, enxadas, foices, machados.

DIAS, C. M. M. Entre foices e facões. **Revista de História**, n. 70, jul. 2011 (adaptado).

No processo de construção do Estado nacional, esse conflito oferece um contraponto à narrativa focada em D. Pedro ao evidenciar o(a)

- A) vigor do legado patrimonialista.
- B) imposição da solução republicana.
- C) deficiência das tropas metropolitanas.
- D) protagonismo da resistência autônoma.
- E) continuidade das contradições políticas.

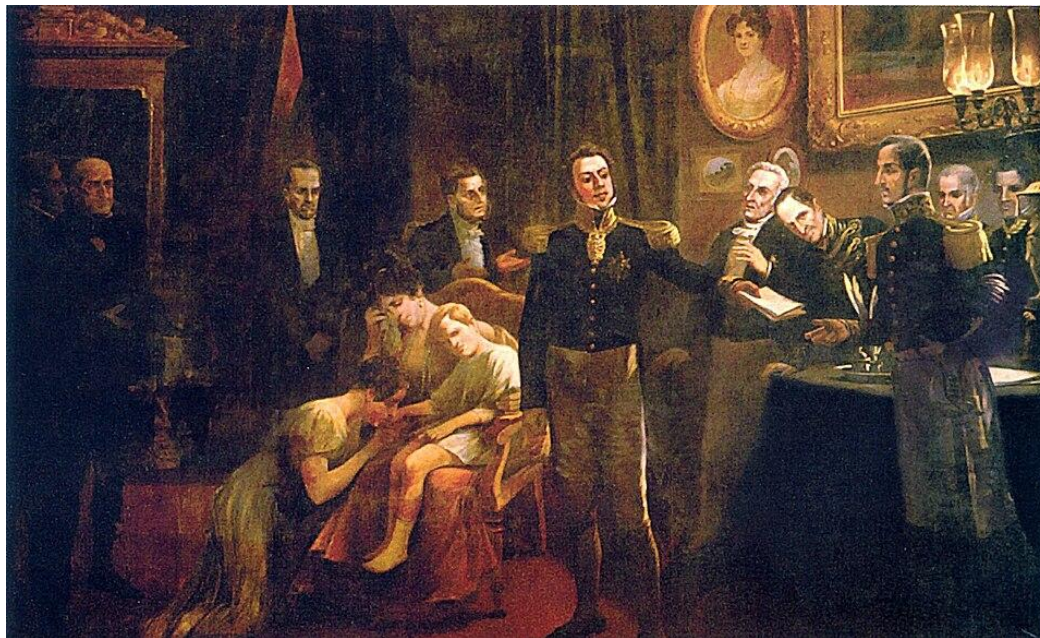
Gabarito: D

Contraponto à narrativa tradicional da Independência do Brasil, frequentemente centrada apenas na figura de Dom Pedro I. O conflito evidencia que a independência também contou com ações populares e regionais autônomas, mostrando o protagonismo da população local na consolidação do Estado nacional.

OBJETIVOS

- Reconhecer as disputas ideológicas dos diferentes grupos políticos existentes no Brasil.
- Compreender as principais transformações ocorridas após a abdicação de Dom Pedro I;
- Refletir sobre a construção da unidade política do Império.

Abdicação de Dom Pedro I



“A Abdicação de Dom Pedro I”. Aurélio de Figueiredo, 1901.

Desgaste e crises

- Revoltas por todo o Brasil **desgastam** a imagem de Dom Pedro I;
- Dom Pedro I abdica do trono e deixa seu filho Dom Pedro II que tinha somente 5 anos de idade;
- Retorno a Portugal envolve uma **questão familiar e política** envolvendo Dom Miguel, irmão de Dom Pedro I, que toma o trono de Portugal de sua sobrinha D. Maria.

"O 7 de abril — movimento que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831 — foi definido por Joaquim Nabuco como mero "desquite amigável entre o Imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa";²⁰ já o inglês John Armitage, testemunha ocular do evento, julgava-o "nada mais (...) do que uma sedição militar".²¹ Tais interpretações, no entanto, obscurecem a complexidade de um processo marcadamente conflituoso, que envolveu diferentes atores sociais, com expectativas diversas, negligenciando toda sua dimensão popular. Muito mais do que produto de um simples arranjo das elites, a sintomaticamente chamada Revolução do 7 de abril foi resultado não só das tramas urdidas na imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, mas também da forte pressão popular; participação essa manifesta nos freqüentes movimentos de protesto, envolvendo até centenas de pessoas, que se multiplicaram pelas ruas da corte no mês de março e na primeira semana de abril, e que culminaram na grande mobilização do dia 6, reunindo nada menos do que cerca de quatro mil pessoas."

Novas configurações políticas

MODERADOS ximangos	EXALTADOS jurujubas	RESTAURADOR caramurus
- Liberdade política sem ameaçar a ordem imperial	- Abolição da monarquia	- Defesa do regime monárquico absoluto
- Monarquia constitucional	- Republicanismo	- Maior centralização política e econômica
- Grandes proprietários de terra	- Setores médios urbanos, jornalistas, militares	- Burocratas, comerciantes portugueses

Regência Trina Provisória (1831-1831)

- Restituição dos cargos dos ministros demitidos por D. Pedro I
- Anistia aos criminosos políticos
- Retorno de José Bonifácio ao cenário político: tutoria ao jovem Dom. Pedro II
- Regência Provisória enfrenta uma rápida tomada de poder, como uma maneira de contenção de revoltas e manutenção da ordem imperial.

Regentes:

- Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
- José Joaquim Carneiro de Campos
- Francisco de Lima e Silva

Regência Trina Permanente (1831-1835)

- 3 Regentes de locais diversos: manutenção de um equilíbrio político entre as províncias;

Francisco de Lima e Silva (Rio de Janeiro)

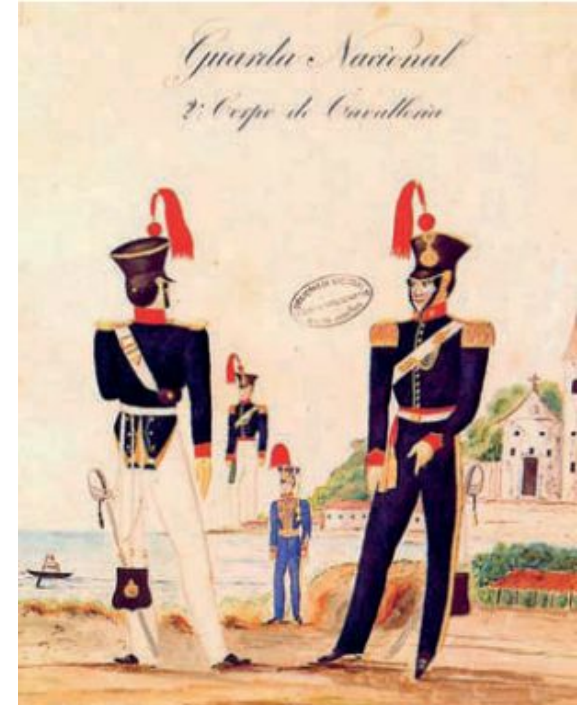
João Bráulio Muniz (Maranhão)

José da Costa Carvalho (Bahia)

- Reorganiza o Poder Judiciário, estabelece o tribunal do júri;

- **Limitação do Poder Moderador**: retira o poder de destituir a Câmara dos Deputados

- **Criação da Guarda Nacional**: principal força pública de contenção dos motins. Alistamento obrigatório. **Manutenção da unidade territorial do Império**



Assembleia Constituinte de 1824: novas adições

Ato Institucional de 1834:

- Emenda constitucional que garante maior autonomia para as províncias.

Art. 1º O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição, será exercido pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembléias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de: Assembléias Legislativas Provinciais.

Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar:

1º) Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província e mesmo sobre a mudança da sua Capital, para o lugar que mais convier.

Assembleia Constituinte de 1824: novas adições

Ato Institucional de 1834:

- Emenda constitucional que garante maior autonomia para as províncias.

Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar:

5º) Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer às despesas, dos seus Municípios.

Art. 26. Se o Imperador não tiver parente algum que reúna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um Regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Regência Una de Feijó (1835-1837)

- Governada por Diogo Antônio Feijó.
- Primeira experiência de **regência una eleita** no Brasil.
- Criada pelo **Ato Adicional de 1834**, que substituiu a regência trina por um único regente.
- Tentativa de **fortalecer** o governo central.
- Crescimento das disputas entre:
 - liberais moderados;
 - exaltados;
 - conservadores (regressistas).
- **Instabilidade** política e social no período regencial.
- Feijó renunciou em **1837** devido à **pressão política e à perda de apoio**.



Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

- Representou o **avanço do grupo conservador** no poder.
- Também chamada de fase do **Regresso Conservador**.
- Fortalecimento da **centralização política**.
- **Redução da autonomia** das províncias.
- Reforço da autoridade do governo imperial.
- Maior aproximação com as elites agrárias e conservadoras.
- Criação do Lei de Interpretação do Ato Adicional:
 - limitou a autonomia provincial;
 - fortaleceu o poder central.
- Reorganização administrativa e judicial do Império.



O Período Regencial (1831-1840): O Brasil sem Imperador

Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil viveu uma década de governo por regentes, marcada por intensas disputas políticas e revoltas que ameaçaram a unidade do território.

O Período Regencial foi uma "república de fato" que testou a integridade nacional brasileira.



1831: A Abdicação de D. Pedro I

O imperador renuncia e deixa seu herdeiro de apenas 5 anos, dando início ao governo de regentes.

1831-1835: O Governo das Regências Trinas

O poder é exercido por grupos de três representantes (provisórios e permanentes) divididos entre liberais e conservadores.

1835-1845: Explosão de Revoltas Provinciais

Conflitos violentos como a Cabanagem (PA), Farroupilha (RS) e Malês (BA) desafiaram o poder central.

1837: A Ascensão da Regência Una

O modelo muda para um único regente, buscando maior centralização para conter o caos nas províncias.

1840: O Golpe da Maioridade

Aos 14 anos, D. Pedro II é declarado maior de idade para assumir o trono e pacificar a nação.